

Martins, Ernesto C. (2016). Crianças “SEM” a sua infância”(História Social da Infância: Acolher/assistir e reprimir/ reeducar). Lisboa: Editorial Cáritas

RECENSÃO:

CRIANÇAS “SEM” A SUA INFÂNCIA:
HISTÓRIA SOCIAL DA INFÂNCIA: ACOLHER/ASSISTIR E REPRIMIR/ REEDUCAR



O quotidiano da criança produz-nos uma imagem/representação e uma atitude para com ela como se fosse um sentir natural de toda a História da Humanidade. À medida que retrocedemos na História Social da Infância ou da História da Educação (Social), detetamos, nesse passado, a crueldade, os maus-tratos e abusos, a mendicância e vagabundagem, a delinquência, o abandono/desamparo e exploração com aquela infância, que não teve um percurso e uma normalização social dita normal. A estas infâncias outras, as situadas à margem da normalidade social e educativa designamo-las como ‘Outras Infâncias’, as quais tiveram medidas, dispositivos e respostas dos reformadores sociais, especialmente a partir do séc. XVIII e XIX. A história dessa criança abandonada, mendiga, vadia e/ou desvalida constitui um caminho de aproximação para compreendermos melhor a história social e educativa das ‘Outras Infâncias’ na perspectiva da história desde abaixo. Demorou muito tempo, aos investigadores e historiadores entenderem a criança como um sujeito histórico e social, de modo, a interpretá-la nas suas representações do mundo e analisá-la no multifacetado processo dessa construção social da sua infância, incluindo o papel da sociedade perante essa invenção da Modernidade. Pouco a pouco, a criança foi assumindo várias funções que a diluíram na família contemporânea, destacando-se a função económica (mão-de-obra infantil); a função médico-assistencial (cuidados de saúde); a função de linhagem (conservação da herança); a função religiosa (‘dáviva divina’); a função estatutária (descendência); a função de aquisição de autoridade (‘*pater família*’); a função afetiva (gratificação pessoal) e sentimentos dos pais; a função simbólica de coesão (criar relações e de enlace); a função educativa (formação e escolarização).

Ao debruçar-nos no conceito de infância, palavra tão quotidiana na linguagem e discursos humanos, invadimos uma singular história concetual: a história da infância e/ou da criança, a qual está sempre unida à história da família e à história social e da educação. A categoria ‘infância’ constitui uma representação coletiva, produto de formas de relação social concretas: um carácter sócio-histórico e cultural de cada época. O autor ao referir-se à infância atribui-lhe mais de um conceito referente a realidades distintas e representadas com distintos níveis de abstração. Todas essas realidades tiveram em comum as crianças (meninos e meninas), mas correspondiam a várias perspectivas de observação e de análise dos adultos, dos seus contextos de vida e das relações interpessoais estabelecidas com elas. Etimologicamente ‘in – fancia’, vem do latim ‘*in-fale*’, o que não fala (bebê). Com o tempo adquire linguagem e o significado do que não tem palavra, que não tem nada interessante ou que não vale a pena ouvi-la até à idade de adquirir capacidade de se expressar com raciocínio (menoridade) sob o olhar atento do adulto, da família. Assim, devido ao influxo e abordagem de várias ciências no séc. XIX, a infância vai entendendo-se como um período determinado da vida da criança, medido ou enquadrado num período de idade e/ou de desenvolvimento (cognitivo, moral, social e emocional). Este intervalo é muito convencional, pelo qual nem todos estamos de acordo, acerca dos anos que abarca essa 1.^a, 2.^a ou até 3.^a infância. Já no início do séc. XX, o movimento da escola nova distinguia ‘criança’ e ‘infância’, como uma reação às ideias anteriores. Para os seus defensores, por exemplo, E. Claparède, a criança era um ser ou ‘*candidato sui generis*’, com a necessidade natural de adquirir

Martins, Ernesto C. (2016). Crianças “SEM” a sua infância”(História Social da Infância: Acolher/assistir e reprimir/ reeducar). Lisboa: Editorial Cáritas

experiência. A infância seria o período ou estado adequado para essa aquisição de experiências e vivências, operando-se o desenvolvimento que leva a criança, pelo jogo e imitação, a enriquecer aquelas experiências e tornar-se um adulto pelo saber e ação. O entendimento da criança virá acompanhado de descrições do comportamento humano e da mensuração da ‘mente’. Ora esse conhecimento oriundo da observação e experimentação com as crianças, especifica as origens e processos de desenvolvimento, contribuindo para a noção de que a criança explica o homem e a criança é o pai do homem. Portanto, entender a criança e a sua infância e em especial a infância mendiga carenciada, abandonada, vadia, marginalizada, delinquente, em risco ou em desvio social não foi uma tarefa fácil para a História Social [Educação]. Só fazendo uma retrospectiva historiográfica, histórico-educativa à criança ou à infância normal, comparando-a com a ‘Outra Infância’, a necessitada, a abandonada, a desvalida, a vadia, a errante nos últimos séculos, compreenderemos essa evolução da condição humana, nas suas etapas de desenvolvimento e o modo como se efetuou a sua construção e inserção social. É óbvio que a infância recebe a sua construção social, a sua imagem conforme os contextos, espaços e a cultura em que vive.

Com a reordenação legal e institucional no liberalismo, as mudanças económicas e sociais e os novos ritmos de imigração urbano criam uma diferenciação específica entre o mundo da pobreza e as respostas sociais e o mundo da marginalização e delinquência com outro tipo de respostas (repressiva, judicial e penal). Esta diferenciação de tratamentos e políticas, mais teórica que real nos inícios, devido à inércia institucionais e das práticas reeducadoras vê-se potenciada pela emergência cultural da importância e valor da infância. Estes factos permitiram historicamente abordar a infância, na época moderna com a dimensão social do pauperismo e marginalização, a partir do século XVII. As respostas implicaram modelos de intervenção socioeducativa, assistencial e práticas ‘RE’ (educativas/inserção social), com o seguinte teor historiográfico: -Política social de controlo ou proibição da mendicidade com destaque para a assistência dada nas misericórdias, pelas autoridades eclesiásticas e municipais; -Política de acolhimento e encerramento institucional (proteção); -Política social com o modelo assistencial e política da pobreza (programas de intervenção); -Políticas contemporâneas com modelos de intervenção socioeducativa e novas instituições; -Direitos da criança consolidados no século XX pelos países e organismos internacionais, dedicando-se uma atenção ao supremo bem da criança na sua infância, em especial à mais desprotegida, abandonada e em perigo moral/risco, com os respetivos dispositivos de proteção/prevenção (comissões de proteção).

Nos começos do século XX foi-se constituindo o campo (de estudo) da infância, articulando-se com o afiançamento do modelo de família burguesa, com a escolarização (expansão do sistema educativo), com a proibição da mendicidade e do trabalho infantil, etc. que fez surgir movimentos filantrópicos de ‘salvação da criança’, acompanhado com legislação específica para esses menores e uma forte presença do Estado na regulação da reprodução/coesão social. A implementação progressiva daqueles dispositivos (família, escola e tutela do Estado) gerou o aparecimento de diversos tipos de crianças: a criança normal integrada (família, escola), as crianças perigosas, vadias, anormais, abandonadas, em perigo moral e delinquentes. Assim, o modelo de infância passou a ser a norma reguladora dominante. A estratégia de integração foi insuficiente, pois as situações/condições e os conflitos sociais continuaram ou não foram reprimidos devidamente, mantendo-se as diferentes de pautas culturais de socialização das crianças, por exemplo pobres e ricas ou burguesas. A repressão e intimidação facilitou o modelo inquestionável de infância, apesar das diferenças sociais existentes: de dependência dos adultos e da família, na escolarização, no afastamento da vida social, de auxiliar à economia familiar, etc. Lamentavelmente, a atuação jurídico-social, baseada na repressão, foi um modelo com grande implantação, ao dar respostas aos problemas de

Martins, Ernesto C. (2016). Crianças “SEM” a sua infância”(História Social da Infância: Acolher/assistir e reprimir/ reeducar). Lisboa: Editorial Cáritas

segurança social ou de sensibilidade da sociedade, enquanto se agravava os problemas reais dessa infância afetada por essas situações de conflito e dificuldades sociais, de carência e desamparo ou desvio.

O cerne deste livro, publicado pela Cáritas Editora é o de saber como e de que maneira os historiadores abordaram o tema dessa ‘Outra Infância’, ou seja, a criança abandonada, vadia, pobre, desamparada, desvalida, em perigo moral e delinquente inserida na História (Social) da Infância, História Social e da Educação e História das Instituições Educativas (não formais). O autor analisa esse tipo de criança, no domínio da sua infância, à luz da História da Educação Social, História Social da Infância, desde a modernidade à contemporaneidade. Ou seja, recorrendo a uma variedade de fontes embrenha o seu discurso argumentativo nessas infâncias nos contextos da época, intentando perceber como eram encaradas essas ‘Outras Infâncias’, que respostas sociais, medidas e dispositivos lhe foram dados na sua proteção, prevenção e (re)educação, seja na vertente médico-social, assistencial e jurídico social, seja ao nível da sua institucionalização. Destaca, nessa aproximação temporal descritiva e crítica, as situações e condições sociais, as problemáticas e necessidades dessa infância que estavam à margem da sociedade da sua época, mas que conseguiram refazer o seu percurso de normalização, educando-se e sendo cidadão válidos.

A temática do livro pode dividir-se nos seguintes âmbitos de abordagem:

1. - **Conceções da infância – perspectiva histórica** (mudaram ao longo dos séculos devido aos modos de organização das sociedades e formas da criança, interesses sociopolíticos, desenvolvimento de teorias pedagógicas, reconhecimento dos direitos, desenvolvimento de políticas sociais): reconfigurar a conceção da infância (não há uma única conceção de infância) e, também há as ‘Outras Infâncias’ desde diversos enfoques. Mais que uma realidade social objetiva é um consenso social (construção). Conceção da infância relaciona-se com a sociedade de cada época. Na perspectiva psicogenética essas conceções relacionam-se com as formas/pautas da criança (surgiram o infanticídio, abandono, ‘expósitos’, mortalidade infantil, pobreza, mendicidade, analfabetismo infantil, marginalização, delinquência) Houve pois respostas sociais (reformadores) para proteger, assistir, recolher, reprimir e reeducar.
2. – **Perspetiva pedagógica e educativa – processos psicopedagógicos da conceção da infância.** Há três correntes: revolução sentimental derivada do naturalismo pedagógico na História da educação (isolamento dos menores da vida social); movimentos de escolarização da infância vinculada aos sistemas educativos/escolares; desenvolvimento das ciências humanas (pedagogia e psicologia) e depois das ciências da educação proporcionam bases de orientação científica da conduta infantojuvenil, seja pela degeneração ou superação dos menores.
3. – **Representação social da Infância (imagem partilhada)** – novo giro histórico de abordagens na melhoria da educação e novos projetos educativos propostos pela sociedade. Cada sociedade e cultura define explicitamente o que é a infância, quais as suas características, períodos de vida, saberes implícitos/quotidianos, etc. o ideal imaginado pela família/classes, mundo das crianças esquecidas, o mundo da criança vista pelo Estado (discursos: higienistas, eugenistas, etc.). Aqui surge a infância desvalida e as instituições de beneficência/asilos para dar resposta aquelas situações e conflitos sociais surgidos na infância.
4. – **Direitos da criança.** Reflexão sobre a infância com políticas de interação com os adultos (grupos sociais). Surge o direito tutelar de menores que foi evoluindo ao longo do séc. XX, simultaneamente com a declaração dos Direitos da Criança (1959) e a sua consolidação na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, em 1989. Assim, os princípios fundamentais desses direitos: Participação das crianças como pessoas e sujeitos de direito expressando as suas opiniões nos temas que as afetam;

Martins, Ernesto C. (2016). Crianças “SEM” a sua infância”(História Social da Infância: Acolher/assistir e reprimir/ reeducar). Lisboa: Editorial Cáritas

sobrevivência e desenvolvimento com medidas do estado para preservar a vida e a qualidade de vida nesse seu crescimento harmonioso; o interesse superior da Criança pelas instituições públicas e privadas, autoridades, tribunais, etc. na tomada de decisões em prol do bem-estar da criança; a ‘não discriminação’ da criança por quaisquer motivos (raça, cor, religião, língua, cultura, gênero, situação, impedimento físico, etc.)

5. – **Nova imagem da infância** – mudança nos esquemas de representação e/ou imagem da criança e da sua infância devido à sociedade digital e da comunicação (cultura icônica). Postman diz que a forma de entender a infância mudou, pois a atual infância é mais competente em muitos âmbitos que a anterior (influências das novas tecnologias na precocidade da criança e na sua infância, sem uma devida educação digital), habilidades que superam os pais...as representações estão a mudar.

Por conseguinte, a infância como construção social sofreu no decurso da modernidade processos de (re) institucionalização que puseram em causa as imagens e representações das crianças e que se apresentam dominantes até hoje, quer na análise teórica da (re)construção das identidades sociais, quer nas subjetividades infantis dos fatores e condições de exclusão dos direitos sociais e de cidadania. Ou seja, os itinerários de cada criança têm sentido na perspetiva de indicadores estruturais que condicionam ou constroem a sua existência futura (incidência de pobreza/dificuldades, no acesso ao trabalho, efeitos do desemprego, falta de habitação e novas desigualdades no mercado laboral). Historiograficamente existiu e existem várias representações da criança até aos dias de hoje: a imagem romântica e idealizada, a imagem divina, criança operária, criança pobre/mendiga, criança delinquente e marginal, criança-paciente, criança-escolar (aluna), criança como membro da sociedade de bem-estar (políticas sociais e de proteção), criança-pública e membro de família. Os pais, ao longo dos tempos, nem sempre atribuiu à criança o devido valor e lhe concedeu os direitos que hoje lhe consagramos.

Em síntese, enquanto a história da vida privada concebeu a infância como uma categoria social invisível/visível, a história psicogénica associou a infância com as formas de conduta da criança, a história genealógica definiu-a como figura social e História (Social) da Infância com as dinâmicas de transformação de conceitos e práticas na autoridade e moral vigentes e as referências às qualidades psicossociais da criança. Muitas dessas conceções provenientes da psicologia social (período de vida), da pedologia/paidologia até aos avanços jurídicos das políticas sociais e o reconhecimento de um ser em desenvolvimento, implicaram que a criança fosse considerada cum sujeito de direitos e objeto de programas e políticas sociais e educativas.